

Trabalhadoras e trabalhadores da agroecologia e alimentação saudável: o agronegócio como entrave, a agroecologia como potência

Workers of Agroecology and healthy eating: agribusiness as an obstacle, agroecology as a power

GOMES, Melina¹. ALBUQUERQUE, Jersey Oliveira²

¹Universidade Estadual do Ceará, melinasousagomes@gmail.com

²Universidade Federal do Ceará, jerseyoliveira@hotmail.com

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

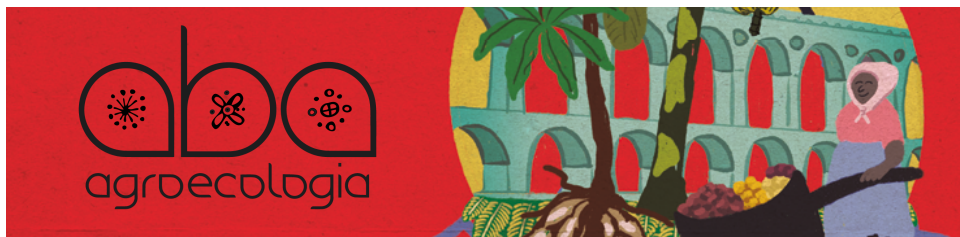
Resumo: O estudo apresenta uma discussão acerca da categoria Trabalho na Agroecologia, com destaque para o modo de produzir alimentos a partir do agronegócio x agroecologia. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e vivência pessoal, mediada por observação participante e pesquisa militante, a metodologia deste trabalho é de caráter qualitativo e dialoga com os conhecimentos das Ciências Sociais. O objetivo principal é apresentar conexões entre trabalho, saúde e soberania alimentar a partir do conhecimento agroecológico. Como objetivos específicos, buscamos situar historicamente as transformações no mundo do labor, os prejuízos causados pelo uso de agrotóxicos e a necessária e urgente implementação plena do direito humano básico à alimentação adequada. Concluímos que a Agroecologia é fundamental para a garantia da soberania alimentar, mas para isto ainda é preciso muitos avanços neste campo.

Palavras-chave: trabalho; saúde; soberania alimentar.

Introdução

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (2006), “a alimentação adequada e saudável é um direito humano básico” e “deve ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de raça, gênero e etnia” (BRASIL, 2006, p.8). Com isto, entendemos que todos deveríamos comer, mas sabemos que isto nem sempre acontece. Para além dos alarmantes dados sobre fome no Brasil, aqui iremos nos deter em refletir sobre tentativas possíveis de ter acesso e manter uma alimentação saudável a despeito do domínio do modo produtivo do agronegócio.

As condições de trabalhadoras e trabalhadores rurais que se empregam – quase sempre de forma muito precária – na produção agrícola do agronegócio, via de regra faz com que estes acabem lidando com variados tipos de agravo à saúde, desde a contaminação de seu ambiente de trabalho até adoecimentos crônicos e morte. Faz parte do quadro de saúde geral deste trabalhador, muitas vezes, pouco ou nenhum acesso à alimentação adequada e/ou sem veneno (MONTEIRO, TEIXEIRA E MARINHO, 2011).



Por saúde, entendemos que ela não deve ser determinada a partir de critérios puramente biológicos, como idade, sexo e hereditariedade. Consideramos que redes de apoio coletiva, condições e vida e trabalho, acesso a direitos básicos e as condições socioeconômicas gerais é que compõem, concomitantemente, o estado geral de saúde de um indivíduo, ao que chamamos que Determinantes Sociais em Saúde (ROUQUAYROL, 2018).

De forma complementar, por saúde ambiental compreende-se que esta envolve toda a teia de vida humana e não-humana que circunda as populações rurais em seus territórios, sendo para o trabalhador possível viver de forma segura neste espaço, produzindo de forma saudável. Temos que “os chamados processos produtivos saudáveis englobam relações menos conflitantes e exploratórias no campo rural, considerando aqui o uso da terra e as relações de trabalho” (ABRASCO, 2015, p.84).

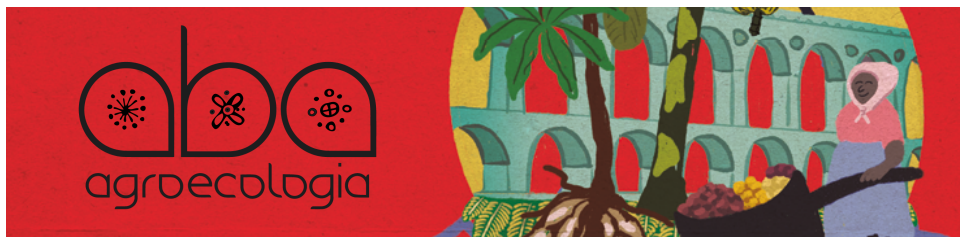
Definidos brevemente estes termos, pretendemos refletir acerca de possíveis articulações entre eles, com o objetivo de tecer fios que conectem as categorias trabalho, saúde e soberania alimentar a partir da agroecologia e em detrimento ao agronegócio.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, contando com pesquisa bibliográfica. Possui inspiração etnográfica por utilizar observação participante e anotações em diário de campo, podendo também ser caracterizada como uma pesquisa militante ou pesquisa-ação (THIOLLENT, 2009). Adotamos estes métodos por considerá-los

Uma importante estratégia de ação e mobilização relacionada à produção de conhecimento sobre problemas ambientais e de saúde, tendo como protagonistas as próprias populações atingidas e as organizações de justiça ambiental que vivenciam, em seus cotidianos, realidades de injustiça ambiental. (...) A integração entre conhecimento local e outras formas de conhecimento potencializa o desenvolvimento de práticas mais democráticas e de justiça distributiva, por reduzir assimetrias de poder e acesso a recursos que conformam contextos de vulnerabilidade socioambiental (ABRASCO, 2015, p. 248 - 249).

A região de observação de campo foi sobretudo dividida entre dois municípios do Ceará, a saber: Fortaleza e Limoeiro do Norte. Em Fortaleza, os campos de observação são as feiras agroecológicas urbanas e, em Limoeiro do Norte, as atividades desenvolvidas por grupos atuantes no Acampamento Zé Maria do Tomé, vinculados ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Acampamento conta com grupos organizados, como por exemplo o Grupo de Mulheres Mãos que criam.



Resultados e Discussão

Os já citados Determinantes Sociais em Saúde indicam que, quanto maior for a vulnerabilidade socioeconômica das populações, mais expostas a riscos e agravos à saúde elas estão. Especificamente com relação às condições de trabalho das mulheres no campo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) foi protagonista no sentido de trazer à tona as demandas das trabalhadoras rurais (LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G. e COLLET, Z., 2020). Sobre o papel do trabalho das mulheres na Agroecologia, as autoras afirmam que

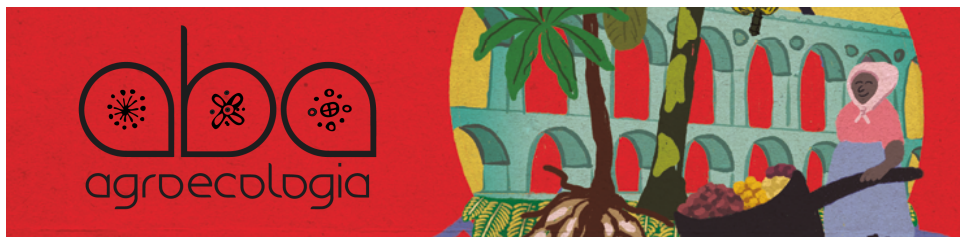
Entendemos que é preciso transformar as relações sociais de gênero que oprimem e discriminam, que não reconhecem o trabalho produtivo das mulheres no campo e nem o valor do trabalho reprodutivo, fundamental para manutenção do modo de vida camponês. É preciso transformar a sociedade, superar as relações capitalistas, patriarcais e racistas (LORENZONI, C.; SEIBERT, I. G. e COLLET, Z., 2020, p.17-18).

Ou seja, sem perder a dimensão interseccional entre as variáveis de raça, classe e gênero, corroboramos com a ideia de que a Agroecologia pode representar um modo de contraposição frente ao modelo exploratório e predador tão bem representada pelo Agronegócio.

Desde a “Revolução Verde”, a ideologia do agronegócio passou a dominar o setor agrário brasileiro (COSTA, 2017), atendo-se com afinco às promessas de cessar a fome, modernizar o país e garantir produtividade máxima com empregabilidade, saúde e equilíbrio social – não só nada disto foi cumprido, como efetivamente deu-se justo o oposto. Conforme Araújo e Silva (2021), o modelo do agronegócio pouco se ocupa em promover soberania alimentar e abastecimento interno, pois sua produção volta-se ao mercado externo. Tampouco se preocupa com a fome ou uso de agrotóxicos, “pois esse setor econômico utiliza até a exaustão das forças de trabalho, como também até gerar infertilidade nos solos e perda da biodiversidade” (ARAÚJO e SILVA, 2021, p.266).

A alta utilização de agrotóxicos para aumentar a produtividade e os lucros tem deixado para os trabalhadores a contaminação do meio ambiente, dos alimentos, e ainda problemas de saúde pública em larga escala. Observa-se um processo intenso de fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais (produtores de sementes, agroquímicos e alimentos, empresas biotecnológicas, grandes cadeias internacionais de supermercados, etc.). A partir desses “conglomerados alimentares” chegam ao consumidor/trabalhador alimentos baratos e empobrecidos nutricionalmente, frutos da acumulação do capital em escala global.

Ao investigar a relação saúde/produção/ambiente, um sujeito assume destaque: o trabalhador. Em uma visão marxista (MARX, 2007), compreende-se que a dimensão da atividade humana, realizada em um processo material histórico e dialético, é condição ontológica para a produção de subjetividade. Em outras palavras, é o



processo de interação do homem com a natureza, através da modificação do espaço ao imprimir no ambiente a sua marca, que torna o indivíduo um sujeito, um humano; o trabalho hominifica o ser.

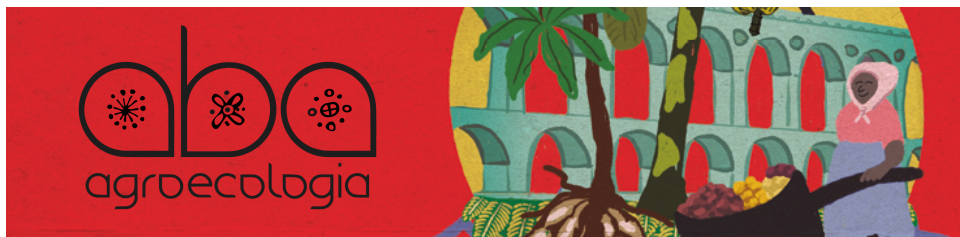
O trabalho frente ao capital, voltado para acumulação em sua produção fetichizada de mercadorias (incluem-se aqui os alimentos como categoria de mercadoria), minimiza o valor ontológico da atividade diante das relações de consumo. Desta feita, o discurso empresarial que se alinha ao do Estado é o do desenvolvimento e geração de empregos, que movimentam o mercado financeiro e aquece a economia. A agroecologia segue na contramão deste processo. Nas palavras de Gonçalves e Funes (2020, p.209), neste sentido, “as organizações camponesas adotaram como ponto de partida um princípio: o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano, e a produção e distribuição dos alimentos é uma questão de sobrevivência (...)”.

A vinculação entre más condições de vida, saúde, trabalho e alimentação experienciada pelas trabalhadoras e trabalhadores do modelo do agronegócio são notórias. Faz-se necessário, portanto, maneiras de produzir que sejam combativas ao modelo predador da agricultura capitalista. Esta constatação nos leva à dimensão epistêmica do pensamento agroecológico.

A Agroecologia em tudo se opõe ao agronegócio: enquanto este pauta-se em monocultura de larga escala voltada para exportação, esta foca em produções locais em consonância com a cultura alimentar e respeitando as características ambientais do território, como a sazonalidade dos alimentos e adotando rotação de cultura. Como um grande diferenciador de um e de outro, temos que na Agroecologia não há utilização de veneno como prática habitual, ao passo que este é um dos maiores traços definidores do agronegócio.

O Brasil é o país que mais utiliza agrotóxicos no mundo, segundo o dossiê “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO (2015). No dossiê “Contra o pacote do veneno e em defesa da vida”, de 2021, também da ABRASCO, nota-se uma piora nesta situação a partir da gestão do presidente Jair Bolsonaro, que substituiu, em 2018, “o termo “agrotóxico” para “pesticida”, uma forma de disfarçar a realidade e diminuir a percepção de risco da população (FRIEDRICH, 2021, p.27)”.

A utilização dos agrotóxicos no Brasil tem trazido sérias consequências, tanto para o ambiente como para a saúde da população, particularmente do trabalhador rural. Essas consequências são, na maioria das vezes, condicionadas por fatores como alta toxicidade dos produtos, precariedade dos mecanismos de vigilância, uso inadequado e falta de utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual. Essa situação é agravada pelas precárias condições socioeconômicas e culturais da grande maioria dos trabalhadores rurais (AUGUSTO, et al., 2011, p.258).



Pimenta (2018) destaca o uso do termo “defensivo agrícola” por parte das grandes empresas do agronegócio como estratégia para mascarar os efeitos maléficos dos agrotóxicos e ainda pontua que “a imposição dos pacotes tecnológicos não só ignorou, como desrespeitou os saberes tradicionais, destruiu a biodiversidade para o desenvolvimento de monoculturas que esgotam a terra e seus recursos naturais” (p.62-63).

Não há níveis considerados seguros para o manejo de agrotóxicos. Há, sim, uma grande permissividade – inclusive na legislação – no que diz respeito à atenuação de seus efeitos na relação saúde/ambiente. Como impacto direto desta ingerência, temos que a efetivação do Direito Humano à Alimentação adequada encontra-se gravemente prejudicado, pois não há autonomia sequer para as condições de trabalho.

É muito comum que as populações que não conseguem produzir de forma agroecológica, ainda que residam em áreas rurais, não possuam acesso a alimentos produzidos sem utilização de veneno. Em ambientes urbanos, dominados (especialmente nos bairros centrais) pelas grandes redes de supermercado, este acesso também é difícil¹.

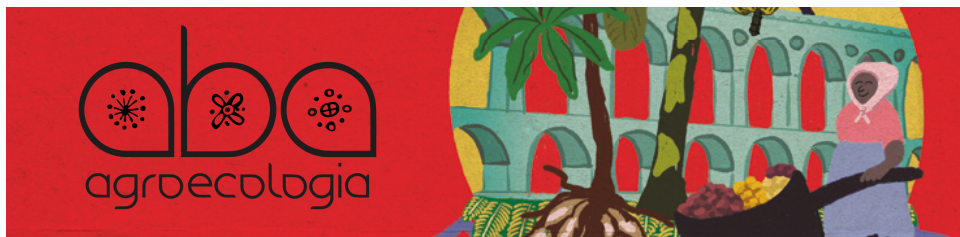
Diante deste cenário agrícola e também das mudanças mais recentes nos hábitos alimentares da população brasileira, como passar a comer fora de casa por rotina e maior consumo de alimentos industrializados (ABDALA, 2007), temos que nossa alimentação está longe de ser soberana, pois ainda que as refeições estejam garantidas, somente isto não é sinônimo de nutrição ou alimentação saudável.

Conclusão

Vimos que as articulações possíveis entre trabalho e saúde são diversas, complexas e merecem estudos aprofundados no sentido de atender demandas insurgentes advindas da má qualidade desta relação, especialmente no que tange ao modelo produtivo do agronegócio. Além de prejudicar diretamente a saúde dos trabalhadores, o uso de agrotóxicos prejudica o ambiente, contaminando-o e dificultando a produção de alimentos saudáveis que estejam disponíveis para a população.

Como resposta de enfrentamento possível, temos o modo de vida e produção agroecológico, que com suas concepções sobre produção, vida e trabalho, mostra-se ferramenta potente para que se alcance soberania alimentar e segurança nutricional sem pôr em risco a saúde ambiental ou humana.

¹ Diferencia-se aqui o termo agroecológico dos selos orgânicos, estes amplamente presentes nas grandes redes de supermercados



Referências

ABDALA, M. C. Representações sobre o comer fora: um estudo em *self-services* mineiros. In: **Temas em Cultura e Alimentação**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

ARAÚJO, B. D. X; SILVA, I.C.G. A geopolítica dos alimentos, uma perspectiva da fome à soberania alimentar: as experiências agroecológicas das camponesas no Cariri – CE. In: **Revista de Geografia**. (Recife). Vol.38, nº4, 2021.

AUGUSTO, Lia. G. S. et al. O contexto de vulnerabilidade e de nocividade do uso de agrotóxicos para o meio ambiente e a importância para a saúde humana. In: RIGOTTO, R (org.). **Agrotóxicos, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto de modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Guia alimentar para a população brasileira. 2014 [acessado 2020 nov 1]. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br>

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde / Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FRIEDRICH, Karen(org). **Dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida**. Porto Alegre: Rede Unida; Rio de Janeiro: ABRASCO; São Paulo: Expressão Popular; Hucitec, 2021.

LORENZONI, Carmem.; SEIBERT, Iridiane. G. e COLLET, Zenaide. Movimento de mulheres camponesas: veredas de muitas histórias. In: **Feminismo Camponês Popular**. Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas. São Paulo: Outras Expressões. 2020.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach*.(1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTEIRO, Marcelo J; TEIXEIRA, Ana C. A. e MARINHO, Alice M. C. Centralidade do Trabalho e sua caracterização nos diferentes contextos de produção agrícola no Baixo Jaguaribe. In: Rigotto, Raquel (org). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

PIMENTA, S. **As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres**. Mapeando experiências. Brasília: CONTAG, 2018.

ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Rouquayrol: epidemiologia e saúde**.Rio de Janeiro: MedBook, 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2009.